



Sessão Plenária Extraordinária – Ata nº 232 - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMID

Dia: 24 de fevereiro de 2026. **Horário:** 14 horas. **Local:** Casa dos Conselhos. **Conselheiros Presentes:** Jaime Schambeck Filho – Fundação Cultural de Lages; Iasmim Pereira de Oliveira – Fundação Municipal de Esportes; Rafaella da Silva Peres - Procuradoria Geral do Município – PROGEM; Ana Paula Ribeiro - Secretaria Municipal de Assistência Social; Suzana Duarte - Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher e para a Pessoa Idosa; Nilcéia Janaina Souza Vieira Bezerra dos Santos - Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Gilmar Ribeiro da Silva – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação; Karen Voltolini Machado – Associação Beneficente Lar do Menino Deus; Ivandra Semioni Vieira de Quadra – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Zilda Terezinha Furlan Figueiredo – Conferência Vicentina de Lages; Rose Maria Ferreira – Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER; Marli Coscodai Souza – Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – UNIPLAC; Orival Palhano de Araújo Junior – Lions Clube de Lages Copacabana; Daniel Rengel Ramos – Sociedade de Assistência Social e Educacional de Apoio aos Desamparados de Lages – SASEADLA. **Ouvintes:** não houve ouvintes. **Justificativa de ausência:** Elisabete Wasielewsky - Secretaria Municipal da Educação; Fabiana Padilha da Silva – Secretaria Municipal da Saúde; Delise Godoi – Secretaria Municipal de Assistência Social; Maria Salete Sell e Luiz Azzi – Cáritas Diocesana de Lages. **Pauta:** 1. Abertura; 2. Aprovação da Pauta; 3. Aprovação das Atas nº 229 e nº 230; 4. Trabalho da Mesa Diretora de Fevereiro; 5. Aprovação do Calendário 2026; 6. Correspondências Expedidas e Recebidas; 7. Trabalho das Comissões; 8. Agenda do COMID com a Prefeita; 9. Agenda Livre. **Desenvolvimento:** Aos vinte e quatro dias do mês de novembro, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com a participação dos conselheiros e demais presentes. **1. Abertura:** a Presidente Suzana deu início à reunião, agradecendo a presença de todos e todas, destacando a importância da participação dos conselheiros. Na sequência, propôs a inclusão de pauta referente à eleição do Conselho solicitada pela Conselheira Karen, sendo a sugestão aprovada pelos presentes. **2. Aprovação da Pauta:** a Presidente apresentou a pauta do dia, incluindo a pauta sobre a eleição do Conselho. **A pauta foi aprovada por unanimidade.** A Conselheira Marli justificou que precisaria se ausentar por aproximadamente 40 minutos para acompanhar sua mãe em consulta médica, informando que retornaria posteriormente. **3. Aprovação das Atas nº 229 e nº 230:** a Presidente informou que as atas foram previamente encaminhadas por e-mail e grupo de comunicação. Sobre a **Ata nº 229/2025:** A Conselheira Karen informou ter solicitado ajustes, os quais já haviam sido realizados. A Presidente mencionou ainda correções de digitação a serem encaminhadas posteriormente à Secretaria Executiva. **Ata nº 229 foi aprovada.** Quanto a **Ata nº 230/2025** referente à reunião de encerramento realizada em 18 de dezembro, **não houve manifestações sendo aprovada por unanimidade.** **4. Trabalho da Mesa Diretora de Fevereiro:** a Presidente solicitou à Secretária Executiva, Sra. Flávia, que realizasse o relato das atividades. A Secretária Executiva informou que, no dia 13 de fevereiro, ocorreu reunião da Mesa Diretora com participação das comissões do edital 001/2025 e do setor responsável pela formalização dos termos de fomento. O encontro teve como objetivo esclarecer dúvidas e orientar sobre o processo de monitoramento dos projetos aprovados. Destacou que a reunião foi produtiva, permitindo o alinhamento das comissões, especialmente para aquelas que estavam participando do processo pela primeira vez, com base no marco regulatório vigente. Ainda no âmbito da Mesa Diretora, foi discutida a campanha de arrecadação do imposto de renda. A Conselheira Ana Ribeiro apresentou proposta de realização de campanha conjunta com o CMDCA, prevendo a instalação de oito outdoors em dois períodos (março e maio), com o objetivo de ampliar a captação de recursos. **A proposta foi deliberada e aprovada.** A Conselheira Zilda destacou a importância da antecipação da campanha, considerando experiências anteriores de atraso. A Presidente Suzana ressaltou os resultados positivos obtidos e a importância de ampliar a conscientização da população. **Sobre os Planos de Trabalho em execução do Edital de 2025, houve alguns informes:** a Conselheira Zilda informou que os projetos aprovados no último edital encontram-se em diferentes estágios: alguns já concluídos, outros em fase inicial e outros próximos da conclusão. Foi esclarecido que a comissão já está em atividade, analisando os planos de trabalho e organizando o cronograma de acompanhamento. **5. Aprovação do Calendário 2026:** a Secretária Executiva



50 apresentou a proposta de calendário para o ano de 2026, destacando ajustes necessários em razão de
51 feriados que impactam as datas das reuniões do Conselho. **Dessa forma, ficou definido que: as reuniões**
52 **ordinárias ocorrerão, preferencialmente, na terceira e última terça-feira do mês; Em caso de feriados**
53 **nas terças-feiras, as reuniões serão transferidas para a quarta-feira subsequente; Exceções específicas**
54 **foram apresentadas para os meses impactados. Colocado em votação, o calendário foi aprovado pelos**
55 **conselheiros.** 6. Correspondências Expedidas e Recebidas - Das expedidas: Ofício 001/COMID/2026 -
56 Relatório final da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa à Secretaria Municipal de Assistência
57 Social; Ofício 002/COMID/2026 - Relatório final da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa ao
58 GAPRE; Ofício 003/COMID/2026 - Relatório final da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa à
59 Secretaria de Políticas para Mulheres e Pessoa idosa; Atualização cadastral junto ao CEL; Ofício
60 004/COMID/2026 e Ofício 005/COMID/2026 convocando para reuniões de comissões e plenária
61 respectivamente; Ofício 005/COMID/2026 - solicitação de documentos fiscais a Diretoria de Controle e
62 Gestão, referentes ao demonstrativo financeiro do 4º trimestre de 2025. Das Recebidas: Ofício nº
63 003/2026/FEPS solicitando confirmação dos representantes do Conselho na Comissão de Captação de
64 Recurso Conselho decide pela manutenção dos indicados: Daniel Rengel e Marli Coscodai; Justificativas
65 de ausência de conselheiros por email e whatsapp, conforme indicação acima; Solicitação de autorização
66 para utilização de rendimentos financeiro, do valor em conta, referente ao Plano de Trabalho aprovado
67 em edital em 2025, pelo Lar Bela Vista – SASEADLA, que é aprovada pelo Conselho, e será encaminhada
68 ao setor responsável, Gestão de Parceria. Ofício nº 008/2026/FEPS - informes das deliberações da
69 Comissão de Captação de Recursos, realizadas em reunião no dia 20 de fevereiro: foi informado que: o
70 período de destinação do Imposto de Renda compreende de 15 de março a 31 de maio, sendo que
71 contribuintes iniciam a busca por contadores já no início de março; Foram deliberadas ações de
72 sensibilização junto a entidades como o sindicato dos contadores, além de produção de materiais
73 audiovisuais, ações de divulgação em diversos espaços institucionais e comunitários. Também foi sugerida
74 a realização do “Dia D” em datas alternativas (28 de março ou 11 de abril), no período das 9h às
75 13h. Orçamentos para divulgação em rádios e com influenciadores digitais, estão sendo realizados; Haverá
76 articulação com instituições e entidades para ampliar o alcance da campanha. A Secretária Executiva
77 ressaltou a necessidade de deliberação do Conselho para continuidade das ações propostas. A
78 Conselheira Ana Ribeiro apresentou considerações sobre o planejamento do “Dia D”, destacando
79 experiências anteriores e dificuldades enfrentadas, especialmente quanto à organização e participação
80 das entidades. Informou que houve baixa devolutiva das organizações quanto à avaliação do evento
81 anterior; Foi sugerida a redução do período do evento para meio turno (das 9h às 13h); Neste ano, cada
82 instituição será responsável por levar sua própria estrutura (mesas e cadeiras), em razão de ocorrências
83 de extravio no ano anterior; Será contratado sistema de som adequado, custeado com recursos do fundo,
84 caso aprovado; Serão intensificadas ações descentralizadas, aproveitando eventos já existentes e espaços
85 institucionais. Diversos conselheiros contribuíram com sugestões, destacando: a importância do uso de
86 mídias digitais e conteúdos audiovisuais curtos e impactantes; A necessidade de atingir públicos
87 estratégicos, especialmente contribuintes do Imposto de Renda; A relevância de ampliar a divulgação em
88 eventos já consolidados na cidade; A importância de apresentar resultados concretos dos projetos
89 financiados. A Conselheira Ana Ribeiro solicitou ainda, a deliberação quanto à possibilidade de realização
90 de orçamentos para ações de mídia e divulgação da campanha. **Colocada em votação a proposta, foi**
91 **aprovada a realização de orçamentos e utilização de recursos para estratégias de comunicação e**
92 **divulgação da campanha, conforme planejamento apresentado. Após discussão entre os Conselheiros,**
93 **foi deliberado o dia 11 de abril para realização do “Dia D”.** 7. Trabalho das Comissões: a Secretária
94 Executiva relatou as atividades da Comissão de Estudos, Justiça e Pesquisa, informando que: estão sendo
95 analisadas as deliberações da conferência municipal e o Plano de Ação para 2026 do Conselho; Foram
96 encaminhados documentos para análise prévia dos Conselheiros, com previsão de retorno dos temas na
97 próxima reunião da Comissão; Será realizada reunião com representante da instituição “Refúgio da
98 Longevidade” para esclarecimentos sobre indeferimento de solicitação anterior, de inscrição neste



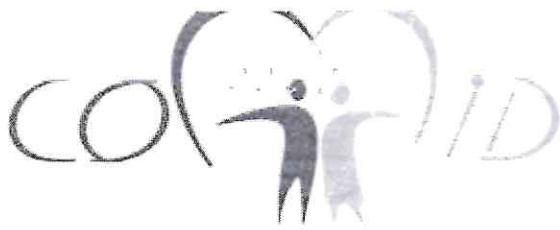
Conselho. A reunião se dará na próxima reunião da Comissão, e será agendada com a representante da instituição. A comissão também analisou o demonstrativo financeiro do 4º trimestre de 2025, identificando a ausência de documentos fiscais, os quais foram posteriormente solicitados e encaminhados pelo setor responsável. Após apresentação da documentação solicitada e esclarecimentos, o demonstrativo foi colocado em votação e aprovado. Sobre os trabalhos da **Comissão Monitoramento e Acompanhamento e Avaliação**, A Secretária Executiva apresentou as deliberações da destacando inicialmente a proposta de aquisição de veículo próprio para o conselho, com a justificativa de garantir autonomia logística e viabilizar o cumprimento das atribuições legais. O Conselheiro Daniel manifestou-se contrário à proposta, argumentando que a aquisição implicaria custos com manutenção, seguro e necessidade de motorista, sendo inviável considerando a baixa frequência de uso, sugerindo, alternativamente, a locação de veículos quando necessário. A Conselheira Ana Ribeiro ponderou que o município já dispõe de veículos, inclusive novos, porém enfrenta limitação quanto à disponibilidade de motoristas. Sugeriu levantamento de dados sobre visitas não realizadas por falta de transporte. A Conselheira Zilda e a Conselheira Rafaella contribuíram com o debate, sugerindo planejamento antecipado e organização de cronograma, além da possibilidade de designação de servidor autorizado para condução dos veículos, quando possível. A Secretária Executiva esclareceu que já há organização prévia de cronogramas e solicitações formais de transporte realizadas com antecedência, mas relatou recorrentes dificuldades operacionais, como ausência de motoristas, falhas logísticas e cancelamentos, inclusive em agendas previamente confirmadas. **Diante das discussões, a Presidente Suzana encaminhou como deliberação a elaboração de ofício à Secretaria competente, solicitando prioridade no atendimento das demandas de transporte do conselho, especialmente para as atividades de monitoramento.** Na sequência, a Secretária Executiva apresentou a segunda deliberação da comissão: a organização de cronograma semestral de visitas, com previsão de avaliação intermediária. O Conselheiro Daniel reforçou a importância de planejamento antecipado, enquanto a Conselheira Karen sugeriu reforço institucional por meio de ofício assinado pela presidência, visando maior efetividade no cumprimento da agenda. A Conselheira Rafaella levantou a possibilidade de ajuste nos horários das visitas, visando melhor adequação à disponibilidade dos motoristas. A Presidente Suzana, no entanto, destacou que os horários já foram definidos considerando a disponibilidade dos conselheiros, que atuam de forma voluntária. **A Presidente Suzana informou ainda que a comissão deliberou pela divisão dos membros em subgrupos, possibilitando a realização simultânea de visitas em diferentes locais,** com o objetivo de ampliar a cobertura e otimizar os trabalhos. Embora a Comissão tenha apresentado o desejo em realizar visitas sem aviso prévio, a Conselheira Zilda questionou o caráter das visitas de monitoramento, especialmente quanto à realização sem aviso prévio, ponderando sobre a finalidade das ações – se de fiscalização, orientação ou acompanhamento – e destacando possíveis dificuldades operacionais e institucionais dessa prática. A Conselheira Ana Ribeiro e a Conselheira Karen reforçaram que visitas sem aviso devem ocorrer preferencialmente em situações de denúncia, enquanto as visitas regulares devem priorizar o caráter orientativo e institucional. A Conselheira Lasmin esclareceu que a proposta de visitas sem aviso surgiu como estratégia para evitar distorções na avaliação dos serviços, permitindo maior fidedignidade no monitoramento. A Presidente Suzana mencionou a existência de relatos e denúncias informais, que motivaram a discussão sobre esse formato de visita. A Conselheira Karen destacou que o papel do conselho não é punitivo, mas sim de orientação, acompanhamento e fortalecimento das instituições, ressaltando a necessidade de não confundir atribuições com outros órgãos fiscalizadores. A Conselheira Zilda reforçou que o conselho deve atuar no monitoramento e apoio às políticas públicas, evitando extrapolar suas competências, especialmente em questões administrativas internas das instituições. O debate seguiu com reflexões sobre o escopo de atuação do conselho, incluindo a necessidade de acompanhar novas iniciativas e projetos voltados à pessoa idosa no município. O Conselheiro Daniel levantou questionamento acerca da possível sobreposição de competências entre secretarias municipais que atuam na política da pessoa idosa, registrando sua preocupação quanto à organização administrativa. Na sequência a Presidente Suzana apresenta o cronograma de visitas da comissão de monitoramento,



148 **destacando a intenção de ampliar e qualificar as ações realizadas no ano anterior.** Conselheira Karen
149 manifesta preocupação quanto à priorização das instituições inscritas no Conselho, ressaltando que a
150 comissão deve, primeiramente, garantir a fiscalização dessas para manutenção das inscrições, antes de
151 ampliar o monitoramento para outros espaços. Conselheiro Daniel posiciona-se contrário à inclusão de
152 visitas em locais que não sejam diretamente vinculados às atribuições do Conselho, como UBS,
153 argumentando não estar convencido de que tais ações sejam competência da comissão. A Secretária
154 Executiva esclarece que, conforme normativas do Conselho Nacional, compete ao Conselho do Idoso
155 monitorar e fiscalizar toda a política pública voltada à pessoa idosa, incluindo ações intersetoriais (saúde,
156 educação, assistência, entre outras). **Após debates, o cronograma de visitas é colocado em votação,**
157 **sendo aprovado pela maioria, com voto contrário do Conselheiro Daniel,** especialmente quanto à
158 inclusão de instituições não inscritas. Ainda sobre o trabalho da Comissão de Monitoramento, **a plenária**
159 **delibera sobre a necessidade de aviso prévio nas visitas. Fica definido que: Visitas de monitoramento**
160 **ordinárias deverão ser previamente avisadas; Visitas decorrentes de denúncias ocorrerão sem aviso**
161 **prévio. Deliberação aprovada pela plenária. A Comissão, deverá sair para as visitas, às 9:30h, da Casa**
162 **dos Conselhos para viabilizar os trabalhos.** Os Conselheiros também debateram a possibilidade de a
163 Comissão de subdividir para realizar as visitas, como já realizavam em ano anterior. **O Conselheiro Daniel**
164 **é Contrário a subdivisão da Comissão no monitoramento, contudo a maioria dos Conselheiros**
165 **entendem e aprovam a necessidade de subdivisão da Comissão para otimizar os trabalhos realizados.**
166 **8. Agenda do COMID com a Prefeita:** a Presidente Suzana informa que a prefeita não pôde comparecer à
167 reunião devido a compromisso previamente agendado. A mesa diretora propõe a realização de **reunião**
168 **extraordinária no dia 11 de março, às 14h, na Casa dos Conselhos,** para tratar de pautas específicas
169 relacionadas à política da pessoa idosa. A Conselheira Ana Ribeiro destaca que a reunião terá caráter
170 deliberativo e tratará de demandas relevantes envolvendo a Secretaria e as Instituições de Longa
171 Permanência para Idosos (ILPIs). **A proposta é acolhida pela plenária, ficando a sugestão de data dia**
172 **11/03/2026, às 14:00h. 9. Eleição do COMID, mandatos das OSC's no Conselho:** A Presidente Suzana
173 informa que, conforme levantado anteriormente, houve deliberação em reunião passada acerca da
174 prorrogação do mandato do Conselho e atualização por decreto, esclarecendo dúvidas levantadas pela
175 Conselheira Karen. A **Conselheira Karen** manifesta que a preocupação surgiu em reunião do fórum, onde
176 foi apresentado ofício com parecer jurídico solicitando a realização de eleições, gerando dúvida quanto à
177 validade das cadeiras dos conselheiros e eventual situação de irregularidade. A **Secretária Executiva a fim**
178 **de elucidar a questão, apresenta levantamento histórico das deliberações, destacando que:** O decreto
179 que estava vigente do COMID, que nomeia novos Conselheiros por 2 anos após última eleição de OSC's e
180 recomposição da Mesa Diretora do Conselho, venceu em setembro de 2025; Antes do vencimento, foi
181 solicitada atualização do Decreto; Houve deliberação do conselho para acatar sugestão do Fórum das
182 Organizações da Sociedade Civil, de unificação das eleições dos Conselhos de controle social, contudo o
183 Decreto chegava ao fim, sendo segundo o GAPRE, inviável prorrogar o Decreto que estava às margens de
184 vencer. Na ocasião, até por sugestão do GAPRE, a deliberação foi interna, através de Resolução que
185 prorrogou mandato das OSC's no Conselho, até dezembro, para evitar vacância; Dessa forma, o decreto
186 foi atualizado quanto aos membros, mas não prorrogado em sua vigência; Posteriormente, o Conselho
187 Municipal de Assistência Social – CMAS, solicitou parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município –
188 PROGEM, a respeito da legalidade da unificação dos Conselhos de Controle Social, uma vez que há
189 carência de legislação específica nacionalmente, sobre o tema. Diante do recebimento do Parecer da
190 PROGEM, o CMAS compartilhou tal Parecer com os demais Conselhos para ciência. A Casa dos Conselhos,
191 enquanto Secretaria Executiva dos Conselhos, encaminhou o Parecer jurídico da PROGEM ao Fórum das
192 Organizações da Sociedade Civil, já em 2026, indicando a necessidade de realização de eleições para os
193 conselhos impactados, que estão com os Decretos vencidos. **A Conselheira Zilda esclarece** que, conforme
194 legislação, cabe ao fórum das entidades a responsabilidade pela condução das eleições das organizações
195 da sociedade civil nos conselhos, sendo este o espaço legítimo para convocação, edital e processo
196 eleitoral. Destaca que a proposta do fórum de unificação das eleições teve como objetivo organização



197 administrativa e facilitação para as entidades, considerando que muitas participam de múltiplos
198 conselhos. **O Conselheiro Daniel contrapõe**, afirmando que o fórum não possui competência para
199 determinar prorrogação de mandatos, apenas sugerir, e que houve interpretação equivocada ao tratar a
200 decisão do fórum como determinação. Ressalta que, o regimento interno não prevê prorrogação de
201 mandato e que o Parecer jurídico indicou necessidade de alteração prévia do regimento para permitir
202 prorrogação. Dessa forma o mandato encontra-se vencido, com prorrogação precária e a ausência de
203 eleição decorre da não atuação do fórum. Defende que seja reiterado, com urgência, o pedido formal ao
204 fórum para realização imediata das eleições. A **Secretária Executiva** ressalta que o parecer jurídico indicou
205 a impossibilidade de prorrogação sem previsão regimental e que, diante do vencimento, a solução vigente
206 é a realização do processo eleitoral. A **Presidente Suzana** lê trecho do ofício do fórum, destacando que o
207 documento utilizou linguagem impositiva ao definir a unificação das eleições, o que extrapola sua
208 competência deliberativa sobre os conselhos. A **Conselheira Karen** manifesta preocupação com o que
209 considera um conflito institucional entre conselho e fórum, defendendo que deve haver cooperação e
210 não disputa, e que uma prorrogação até junho/julho facilitaria o processo, uma vez que não haveria
211 prejuízo às entidades e o conselho poderia reconsiderar sua posição para alinhar-se ao fórum. A
212 **Secretária Executiva** esclarece que, juridicamente, não é possível realizar nova prorrogação após o
213 vencimento do Decreto sem previsão normativa anterior. A **Conselheira Ana Ribeiro** destaca que o
214 conselho já deliberou, em dezembro, pelo encaminhamento ao fórum para realização das eleições, não
215 cabendo nova deliberação sem mudança formal de decisão. A **Conselheira Karen** aponta fragilidade na
216 comunicação institucional, destacando que: o ofício deveria ter sido emitido pela presidência; as
217 informações jurídicas deveriam estar traduzidas de forma acessível; há dificuldade de compreensão por
218 parte das entidades devido à linguagem técnica. A **Secretária Executiva** esclarece que todas as
219 deliberações foram devidamente encaminhadas, inclusive aos órgãos competentes. **Após longo debate**
220 **entre Conselheiros sobre os limites legais para prorrogação de mandato do Conselho, e divergências**
221 **quanto à interpretação do papel do fórum no processo eleitoral e decisões que impactam os Conselhos**
222 **de Controle Social, a Plenária delibera por reforço de comunicação formal ao Fórum, sobre a**
223 **necessidade de realização imediata eleições das OSC's, por meio de Ofício assinado pela Presidência do**
224 **COMID, em até 60 (sessenta) dias. A Presidente Suzana consolidou o encaminhamento: envio de ofício**
225 **ao Fórum solicitando realização das eleições e manifestação formal, com menção ao encaminhamento já**
226 **realizado anteriormente. A Presidente Suzana, a fim de mediar a questão, solicita que seja apresentada a**
227 **sugestão pontuada pela Secretaria Executiva. A Secretária Executiva sugere de elaboração de Resolução**
228 **de Manutenção e Funcionamento do COMID, detalhando todo o histórico, trâmites, ofícios e pareceres,**
229 **justificando a manutenção das atividades do conselho mesmo após o vencimento, até a regularização**
230 **de seu Decreto por meio de processo eleitoral, a ser solicitado ao Fórum. A Secretária Executiva explicou**
231 **que a resolução registraria a continuidade das atividades do Conselho até a realização das eleições,**
232 **considerando os trâmites legais em andamento. A Presidente Suzana colocou em concordância a**
233 **elaboração da Resolução, colocando a sugestão em votação, sendo aceita pela Plenária. 9. Agenda Livre:**
234 A Secretária Executiva solicitou que os conselheiros verificassem seus e-mails, pois foi informado quais
235 instituições possuem vencimento da inscrição no Conselho em breve, se colocando À disposição para
236 dúvidas caso necessário. A Secretária Executiva apontou que o Artigo 9º da Resolução de Inscrição no
237 COMID vigente, não apresenta clareza quanto aos documentos necessários, mencionando a necessidade
238 de revisão normativa. A Secretária Executiva sugeriu encaminhamento da matéria à comissão de estudos
239 para revisão e aprimoramento da resolução. A Presidente Suzana informou sobre o início das atividades
240 do Centro de Atendimento à Pessoa Idosa, anteriormente denominado Centro de Convivência de Idosos,
241 destacando a solicitação de alteração de nomenclatura junto à PROGEM em razão da tipificação dos
242 serviços. Informou ainda que o início das atividades ocorrerá no dia 06 de março, às 14 horas, convidando
243 todos os presentes para participação. A Conselheira Karen questionou sobre a possibilidade de
244 encaminhamento de usuários pelas instituições. A Presidente Suzana esclareceu que o atendimento
245 ocorrerá de segunda a quinta-feira, mediante agendamento, e que as instituições poderão encaminhar



Conselho Municipal do Idoso
Secretaria Municipal de Assistência Social

seus usuários. A Presidente Suzana reforçou que o convite e lembretes serão compartilhados nos canais de comunicação do Conselho. Nada mais havendo a se tratar a Presidente Suzana Duarte encerrou a reunião e eu Flavia Roberta Oliveira Mathias, Secretária Executiva, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será arquivada em livro próprio de Ata deste Conselho, situado na casa dos Conselhos, Rua Castro Alves, nº23, Bairro Centro, CEP: 88501-210.

O qual grupo é: Jaime Schanbeck Filho,
Márcia Cordeiro da Silva, Ana Paula R. Lima,
Suzana Duarte, Ivandara Permoní Vieira de
Souza; Refeição do Sítio São Francisco, Filmes
Rubio da Silva, Jardim de Oliveira, Nilceia Jordana SVB Santos
Zilda Turbon Figueiredo Rose Maria Ferreira
Rafael Luiz Cruz, Flavia Roberto Oliveira Mathias


Suzana Pereira Morais Duarte
Presidente do COMID